

# Monges são denunciados por contrabando de pele de tigre



Agentes florestais e policiais examinam pele de tigre encontrada em caminhonete que deixava tempo na Tailândia – STR / AP

Tailândia – As autoridades tailandesas denunciaram três monges budistas nesta quinta-feira depois que eles foram flagrados tentando transportar peles de tigre e souvenirs feitos com partes do animal para fora de um templo. Os religiosos diziam que o local era um santuário para tigres, mas críticos afirmam que era, na verdade, um negócio lucrativo

O Templo do Tigre, em Kanchanaburi, a Oeste de Bangcoc, capital do país, é uma conhecida atração turística. Após pagar ingresso de US\$ 20, o visitante podiam posar para fotos com os animais, alimentar os filhotes e andar entre eles.

O local, porém, vinha sendo alvo de acusações dando conta de maus tratos e de tráfico de vida selvagem. Nesta segunda, a polícia fez uma blitz no templo, com o objetivo de confiscar os 137 tigres encontrados lá e levá-los a um santuário de vida selvagem do governo.

A descoberta de peles de tigre e souvenirs, ou amuletos, feitos com restos de felinos em uma caminhonete, além de potes contendo restos de corpos de filhotes no templo, sugerem que havia ali um negócio ainda mais lucrativo do que o imaginado.

– Os potes tinham rótulos, então acho que eles faziam remédios aqui – disse Adisorn Nuchdamrong, diretor do Departamento de Parques Nacionais, que supervisionou a batida policial, em

entrevista à agência de notícias Reuters.

Foram encontrados 20 potes com órgãos de filhotes e de tigres adultos num “laboratório” no templo, reforçando a suspeita de que os monges estavam fazendo remédios. Partes de tigres são usados na medicina chinesa, um negócio milionário que levou esses felinos selvagens à beira da extinção.

Dois devotos do tempo e um monge foram detidos junto com a caminhonete que levava as peles de tigre. Além deles, dois monges que ajudaram a colocar a carga no veículo foram denunciados por crimes contra a vida selvagem.

Representantes do templo não foram encontrados para comentar.

Por: O Globo

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093) 35281839 E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

---

## **Homem é preso suspeito de fabricar drogas em Santarém.**

Um homem de 27 anos foi preso suspeito de fabricar drogas na quarta-feira (1), em uma casa localizada na rua Onze horas, bairro Jardim Santarém, oeste do Pará. O suspeito que mora em Alter do Chão foi flagrado com os materiais usados para preparação do produto.

A Polícia Civil recebeu uma denúncia que um homem estava ‘batendo’ drogas em uma casa do bairro. Segundo a polícia, quando a equipe chegou ao local, encontrou o suspeito e os materiais utilizados para fabricação do produto como balde com

cocaína líquida e solução de bateria. Os produtos foram apreendidos e levados, juntamente com o suspeito, para a 16ª Seccional de Polícia Civil.

Segundo a polícia, o dono da casa, um homem de 47 anos e natural do Piauí, prestou esclarecimentos como testemunha e foi liberado. O suspeito foi preso e autuado por fabricação de drogas e deve ser encaminhado para a Penitenciária Agrícola Sílvio Hall de Moura.

Por: G1 Santarém

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093) 35281839 E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

---

## [Veja lista de aprovados da prova para “ACS” concurso da prefeitura de Novo Progresso](#)

Saiu nesta quinta feira, dia 02 de junho de 2016 a [lista de aprovados da prova para agentes de Saúde e agentes de Endemias.](#)

[A lista está em arquivo pdf, é só baixar e conferir.](#)

Confira Lista [AQUI](#)

Por Jornal Folha do Progresso

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93

981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093)  
35281839 E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

---

## **Incra obtém reintegração de posse de lotes ocupados irregularmente em assentamento de Itaituba (PA)**

(Foto lote citado na decisão judicial ) – O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) conseguiu a reintegração de posse de 11 lotes situados dentro do Projeto de Assentamento (PA) Ypiranga, localizado no município de Itaituba (PA). A decisão, proferida no dia 23 de maio, é do juiz federal Paulo César Moy Anaisse, da Subseção Judiciária de Itaituba (PA), e se dá em virtude de ocupação irregular e reconcentração fundiária praticadas pelo réu, Ivo Eduardo Welter.

O juiz federal Paulo César Anaisse deferiu a concessão de tutela antecipada para determinar a expedição de mandado liminar de reintegração de posse, por meio do qual ordena a desocupação dos lotes ocupados irregularmente por Ivo Eduardo Welter.

A decisão do magistrado objetiva restituir os lotes ao Incra, gestor do PA Ypiranga, e deve ser cumprida no prazo de 30 dias, a contar da intimação. O órgão é o autor de ação de reintegração de posse interposta na Justiça Federal em fevereiro deste ano.



imagens de lote citados na decisão judicial.

“A decisão judicial vem garantir a efetividade dos esforços administrativos impetrados pelo Incra nos últimos meses para assegurar a justa e correta destinação de terras ao público da reforma agrária”, ressalta a superintendente em exercício do Incra no Oeste do Pará, Elita Beltrão.

Juntos, os 11 lotes citados na ação judicial perfazem uma área estimada em 1.100 hectares. Nos trâmites administrativos e, posteriormente, para subsidiar a ação judicial, o Incra fez a caracterização da ocupação em cada um dos lotes, quando constatou que o réu pleiteava até a liberação de planos de manejo florestal nessas áreas.

“(…) As terras, objeto desta lide, vêm sendo exploradas por uma única pessoa, o senhor Ivo Eduardo Welter, em seu nome (caso do lote 33, gleba 1H) ou em nome de outrem (demais lotes), utilizando os filhos e demais pessoas que constam como beneficiárias, por meio de procurações”, narra um trecho da decisão judicial.

O magistrado também comenta os efeitos da reconcentração dos lotes, contra a qual o Incra se insurgiu por meio da ação de reintegração de posse. “Na medida em que a concentração fundiária se perpetua, os problemas decorrentes dela também continuam. Assim, enquanto os imóveis não forem desocupados (lotes), a destinação dos imóveis para as famílias resta impossibilitada, acarretando grandes prejuízos aos trabalhadores rurais, que têm seus direitos sociais impedidos de serem exercidos, fundamentalmente o trabalho e a moradia, gerando, por consequência, enorme dano à dignidade destas famílias”.

#### Procedimento administrativo

Após demanda apresentada em reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, realizada em Santarém (PA), em março de 2015, o Incra constituiu força-tarefa com o objetivo

de vistoriar e notificar presumíveis ocupantes irregulares no PA Ypiranga.

Após as vistorias, o Incra constatou a reconcentração de lotes praticada por Ivo Welter e o notificou para apresentar defesa, o que ocorreu em setembro de 2015. Em dezembro do mesmo ano, a autarquia promoveu o julgamento administrativo, quando concluiu pela existência da ocupação irregular, caracterizada como invasão de terras públicas, e a reconcentração fundiária. O pedido de permanência nestas áreas foi indeferido e aberto prazo de 15 dias para a desocupação dos lotes no PA Ypiranga.

Como o pedido administrativo não foi atendido, o Incra recorreu à Justiça Federal, que determinou a reintegração de posse à autarquia. Uma vez cumprida a decisão ora proferida, caberá ao órgão, mediante orientação dos setores técnico e jurídico, promover a adequada destinação dos lotes a famílias com perfil de clientes da reforma agrária.

## **0 assentamento**

**0 PA Ypiranga foi criado em dezembro de 1998. Possui área de 42.155 hectares e capacidade para até 439 famílias.**

Por Incra Oeste do Pará  
Assessoria de Comunicação  
Jornalista responsável: Luís Gustavo

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093) 35281839 E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

---

# Câmara aprova reajustes para PGR, Executivo, Legislativo e Judiciário

Por Nathalia PassarinhoDo G1, em Brasília-A Câmara aprovou na madrugada desta quinta-feira (2) 14 projetos de reajustes salariais para servidores dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e para a Procuradoria-Geral da República, além de militares. As propostas seguem agora para análise do Senado.

A aprovação é resultado de um acordo entre a base governista e a oposição, pelo qual os deputados começaram a votar um pacote de 15 projetos de reajuste para o funcionalismo público federal. O acordo teve o aval do Palácio do Planalto, segundo informou o colunista Gerson Camarotti. Um dos projetos, de aumento para defensores públicos, deverá ser analisado só na próxima semana.

Uma proposta, das inicialmente previstas, não foi votada. É a que tratava de reestruturação de carreiras da Defensoria Pública da União. A análise do projeto foi adiada a pedido do próprio órgão.

Só para servidores do Judiciário, o reajuste vai variar entre 16,5% e 41,47%. Ministros do Supremo Tribunal Federal terão aumento de 16,38%, com o salário passando dos atuais R\$ 33.763 para R\$ 39.293,38. (leia mais detalhes abaixo).

A soma de todos os reajustes previstos nos 15 projetos pode gerar impacto de mais de R\$ 50 bilhões em quatro anos nas contas públicas.

A votação dos aumentos se dá em um momento em que o governo prevê um rombo de cerca R\$ 170 bilhões nas contas públicas para este ano.

Embora apoiem medidas de ajuste fiscal para reverter esse déficit, deputados governistas defenderam, no plenário da Câmara, a aprovação dos aumentos aos servidores.

Todos os projetos de reajuste foram apresentados no ano passado, após negociações entre as categorias e a equipe econômica da presidente afastada, Dilma Rousseff. Na sessão da Câmara desta quarta-feira, o deputado André Moura (PSC-SE), líder do governo de Michel Temer, defendeu as correções salariais, sob o argumento de que os aumentos estão previstos no Orçamento de 2016. Deputados petistas também se posicionaram a favor das propostas.

O primeiro projeto votado e aprovado pelo plenário foi o que concede reajuste entre 16,5% e 41,47% dos salários de servidores do Judiciário.

O valor será dividido em oito parcelas, a serem pagas em quatro anos. Na época em que a correção salarial foi acertada entre Judiciário e Executivo, no ano passado, o Ministério do Planejamento previu um impacto de R\$ 5,99 bilhões ao ano após o pagamento da última parcela.

Só neste ano, o impacto da proposta será de R\$ 1,1 bilhão. Perguntado nesta quarta sobre qual seria o custo da aprovação de todos os 15 projetos em pauta, o líder do governo, deputado André Moura (PSC-SE) afirmou, após hesitar por alguns instantes, que seria de R\$ 8,5 bilhões até 2019.

No entanto, só o projeto de lei 4.250 de 2015 dá reajuste a mais de 500 mil servidores do Executivo, com gasto de mais de R\$ 14,6 bilhões até 2019, conforme estimativa que consta da justificativa do texto, de autoria do então ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

Salário de ministros do STF

O segundo projeto aprovado pelo plenário da Câmara foi o que aumenta os salários de ministros do STF em 16,38%, dos atuais R\$ 33.763 para R\$ 39.293,38. O impacto anual da proposta

supera R\$ 710 milhões.

O custo adicional só considerando os 11 ministros do STF será R\$ 2,17 milhões por ano, segundo a previsão descrita no projeto. Mas a elevação do teto salarial tem um efeito cascata sobre as remunerações de todos os magistrados federais, como juízes federais e ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Superior Tribunal Militar (STM). Assim, o impacto total chega a R\$ 717 milhões.

### Salário PGR

Após aumentar o salário dos ministros, os parlamentares também reajustaram a remuneração do procurador-geral da República para o mesmo valor – R\$ 39.293,38. O reajuste também gera efeito cascata para procuradores federais. O impacto da proposta, previsto na justificativa, supera R\$ 258,6 milhões em 2016.

### Ministério Público

A Câmara aprovou ainda projeto que reestrutura as carreiras de servidores do Ministério Público Federal e que também implica em aumentos salariais.

Segundo a assessoria técnica do DEM, o custo previsto só para 2016 é de R\$ 334 milhões. Em quatro anos, deve ultrapassar R\$ 1 bilhão.

### Servidores do Senado e da Câmara

Já para os servidores do Senado e da Câmara foi aprovado reajuste de cerca de 20% em quatro anos – até 2019. O impacto não foi especificado nos projetos.

### Servidores do Executivo

Para servidores do Executivo federal, foi aprovado projeto que reestrutura carreiras, cria gratificações e dá aumentos salariais. A justificativa da proposta, elaborada em 2015 pelo então ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, diz que serão

beneficiados 195,5 mil servidores da ativa e 397,9 aposentados. A previsão de impacto é de cerca de R\$ 15 bilhões até 2019.

#### TCU

Também foi aprovado projeto que prevê reajustes a funcionários do Tribunal de Contas da União (TCU). Conforme o projeto, a estimativa de custo para 2016 é de R\$ 82,5 milhões; em 2017, é de R\$ 79,14 milhões; em 2018, o impacto é de R\$ 79,7 milhões; e em 2019 é de R\$ 78,3 milhões. Ou seja, em quatro anos, o impacto acumulado é de cerca de R\$ 320 milhões.

#### Defensor-geral da União

Os deputados aprovaram ainda reajuste que elevará o salário do defensor-geral da União para R\$ 39.293,38, equiparando a remuneração dele à de ministros do Supremo e do PGR.

Com o efeito cascata que o aumento dará para os demais defensores públicos da União, o impacto previsto para 2016 é de R\$ 159,6 milhões.

#### Professores

Foi aprovado projeto que aumenta em cerca de 20%, ao longo de quatro anos, os salários do magistério federal e de carreiras ligadas à área de Educação, como de servidores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O impacto orçamentário previsto no projeto é de R\$ 1 bilhão, em 2016, R\$ 5,2 bilhões, em 2017, R\$ 4,1 bilhões, em 2018, e de R\$ 4,5 bilhões, em 2019. Ou seja, o impacto em quatro anos é de R\$ 14,8 bilhões.

#### Agências reguladoras

Para servidores do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e de agências reguladoras, foram aprovados reajustes salariais a 24,4 mil servidores ativos, e 11,6 mil

aposentados. O custo para 2016 é de R\$ 118,6 milhões. Em 2017, é de R\$ 566,6 milhões. Em 2018, de R\$ 173,6 milhões. E em 2019, de R\$ 53,5 milhões. Em quatro anos, portanto, o impacto é de R\$ 912,6 milhões.

#### Militares do AP, RR e RO

A Câmara aprovou reajuste salarial a militares dos quadros de extintos territórios federais que hoje compõem Amapá, Roraima e Rondônia. O texto ainda institui a Vantagem Pecuniária Específica (VPE) da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos Extintos Territórios Federais.

Conforme a justificativa da proposta, o impacto será de R\$ 162,5 milhões em 2016, R\$ 455,9 milhões em 2017, R\$ 530,4 milhões em 2018, R\$ 636 milhões em 2019 e nos exercícios subsequentes. Em quatro anos, o custo é de cerca de R\$ 1,79 bilhão.

#### Forças Armadas

Por fim, os deputados aprovaram reajuste de 25,5%, até 2019, dos salários de militares das Forças Armadas. Os percentuais serão os seguintes: 5,5% em 2016; 6,59% em 2017; 6,72% em 2018 e 6,28% em 2019. O reajuste terá impacto de R\$ 14 bilhões em quatro anos (até 2019).

#### Banco Central, AGU e outros

Os deputados aprovaram gratificações e aumentos a servidores de diferentes órgãos públicos, entre os quais Banco Central, IBGE, CVM, AGU e IPEA. A proposta alcança 20,7 mil servidores ativos e 42 mil aposentados. O impacto previsto na justificativa do texto é de R\$ 203,3 mil em 2016, de R\$ 972,8 em 2017, R\$ 1,16 bilhão em 2018 e R\$ 1,59 bilhão em 2019.

O texto prevê ainda que honorários de sucumbência pagos em processos que tenham a Advocacia-Geral da União como parte irão para os próprios advogados públicos e não para um fundo público, como ocorre atualmente. Os honorários de sucumbência

são os valores que a Justiça determina que a parte perdedora de um processo pague ao advogado da outra parte. O pagamento é fixado pelo juiz e varia de 10% a 20% sobre e sobre o valor da condenação.

Por O Globo

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093) 35281839 E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

---

## Coroação de Nossa Senhora encanta e emociona os fiéis católicos progressenses

A união das comunidades representadas pelos grupos de jovens promoveu na noite de terça-feira (31) as encenações de Coroação de Nossa Senhora – O amor nos leva ao Céu!, um espetáculo com a coroação da Nossa Senhora Aparecida. O evento religioso aconteceu na Igreja Católica em Novo Progresso.



O Musical foi realizado pelo coral no adro da Matriz completamente lotado.



Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093) 35281839 E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

---

# Corinthians faz gol “chorado” no fim e vence clássico contra o Santos

O Corinthians martelou, falhou nas finalizações e pressionou praticamente os 90 minutos para conseguir um gol na noite desta quarta-feira, no estádio de Itaquera, assegurando a vitória sobre o Santos no primeiro clássico da equipe neste Campeonato Brasileiro. O gol “chorado” do time saiu aos 37 minutos da etapa final, com o meia Giovanni Augusto, melhor em campo pelo lado dos paulistanos.

O embate, que praticamente foi de ataque do Timão contra defesa do Peixe, leva o time do Parque São Jorge aos 10 pontos conquistados na tabela do Nacional. O clube da Vila Belmiro, por sua vez, jogou para segurar o ímpeto do rival e teve sucesso por muito tempo. Desfalcado de suas principais estrelas, porém, não foi capaz de segurar ao menos um ponto na capital paulista, permanecendo com quatro na competição.

Na próxima rodada, os comandados do técnico Tite continuam contando com a força da sua casa, dessa vez para superar o Coritiba, no sábado, às 20h30 (de Brasília). O Peixe, por sua vez, também atuará em São Paulo, mas como mandante. A equipe vai utilizar o estádio do Pacaembu para receber o duelo contra o Botafogo, no domingo, às 11h, também de Brasília.

Domínio corintiano, sem efetividade

O primeiro tempo foi dominado completamente pelo Corinthians, que só viu o seu gol ser ameaçado justamente no primeiro lance da partida. Logo aos quatro minutos, Renato pegou sobra de bola dentro da área, após escanteio batido por Elano, e chutou

prensado por Giovanni Augusto. A bola, que bateu no braço do meia, iria para fora, mas Walter se esticou e colocou novamente para escanteio. Os santistas chegaram a reclamar de pênalti, mas Vuaden nem deu ouvidos.

O ataque fortuito dos visitantes acabou ofuscado pela boa performance corintiana na sequência. No ataque seguinte, Cristian recebeu a bola na intermediária ofensiva, ajeitou para o pé direito e chutou forte. A bola foi no meio do gol, mas Vanderlei soltou na primeira oportunidade e teve de correr para fazer a defesa antes da chegada de Luciano.

Depois, aos 12 minutos, Uendel bateu falta da intermediária na segunda trave. Luciano correu por fora da marcação de Thiago Maia e cabeceou no canto, mas Vanderlei fez grande defesa, pulando para o lado esquerdo, e mandou pela linha de fundo. O lateral esquerdo, por sinal, foi responsável pelas melhores jogadas ofensivas da equipe, sempre chegando com liberdade devido à marcação pouco eficiente de Vitor Bueno. Até o intervalo, foram mais três chances de bola na rede, todas desperdiçadas pelos donos da casa.

Aos 25, Uendel cruzou bola na segunda trave e Giovanni Augusto, livre, na pequena área, tentou tocar para o meio da área, mas mandou para fora. Dois minutos depois, Giovanni recebeu bola na latera da área, girou sobre a marcação de Renato, pedalou para cima de Zeca e conseguiu fazer bom cruzamento para o meio da área. Luciano, um pouco desequilibrado, cabeceou por cima. Guilherme, atrás, reclamou bastante do companheiro. O mesmo Guilherme que, continuando a pressão, fez bom cruzamento para a linha da pequena área, onde Vilson subiu mais alto que Gustavo Henrique para cabecear. Vanderlei, firme, agarrou a bola e não deu rebote.

Jogo igual, mas gol na marra dá vitória ao Timão

No segundo tempo, o panorama se mostrou parecido com dos primeiros 45 minutos. Satisfeito com o desempenho do

Corinthians, o técnico Tite manteve os seus titulares apostando em uma melhora na precisão das finalizações. Do outro lado, Dorival Júnior buscou dar um pouco mais de profundidade ao seu ataque, até então inexistente, e optou pela entrada de Paulinho no lugar de Léo Cittadini.

O desenho tático do jogo, no entanto, continuou o mesmo. Com a bola a todo momento, o Timão movimentava a bola de lado a lado, mas só conseguia realmente levar perigo nas bolas alçadas na área, principalmente as paradas. Em um escanteio, aos 15 minutos, o gol quase saiu. A zaga santista não conseguiu afastar após toque de Felipe e a bola ficou para Wilson. Sem marcação, o zagueiro teve tempo de girar, mas, na hora do chute, deu um toque fraco, com o pé esquerdo, e parou em defesa tranquila de Vanderlei.

Tite, então, resolveu modificar suas peças, mandando a campo Lucca e Rodriguinho nos lugares de Marquinhos Gabriel, dessa vez sumido, e Bruno Henrique. O resultado foi uma pressão mais ofensiva, também ajudada pela proximidade do final da partida. A dificuldade em acertar passes em sequência, no entanto, continuou, levando os anfitriões ao desespero pela falta de eficiência no domínio territorial.

Não havia outro jeito de o gol sair, no entanto, que não fosse de uma bola parada. E de um jeito muito corintiano. Aos 37, após falta pelo lado direito, Guilherme recuperou a bola pela esquerda, já dentro da área. O meia cruzou para Felipe, que desviou para trás. Cristian novamente desviou para trás e a bola acabou no peito de Giovanni Augusto, que havia batido a falta. Sem marcação, ele tocou por baixo das pernas de Vanderlei e decretou o triunfo corintiano.

Fonte: Gazeta Esportiva (foto: Gazeta Press/arquivo)

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093) 35281839 E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

---

# Senado aprova proibição de algemar presidiária durante parto.

Foto: Reprodução/ Exame “As mulheres em trabalho de parto detêm o direito constitucional de não sofrer qualquer tipo de violência”

A proibição do uso de algemas em presas durante o trabalho de parto pode virar lei. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira (1º), por unanimidade, em decisão terminativa, uma proposta com esse objetivo (PLS-75/12).

Caso não haja recurso para votação pelo plenário da Casa, a proposta seguirá direto para apreciação da Câmara dos Deputados.

“As mulheres em trabalho de parto detêm o direito constitucional de não sofrer qualquer tipo de violência, garantindo, portanto, sob todos os ângulos, sua dignidade. Nesse sentido, o uso de qualquer contenção, incluindo as algemas, antes, durante ou depois do parto da mulher presa, deve ser considerado como um grave constrangimento, além de uma violência institucional de natureza arbitrária”, defendeu em seu relatório sobre o projeto a senadora Ângela Portela (PT-RR).

A relatora também destacou que a assistência integral à saúde da gestante e do bebê é garantida pela Constituição, que determina ser “a proteção à maternidade e à infância um direito social atribuído a todo cidadão, sem distinção de qualquer natureza”.

A senadora lembrou que a Organização das Nações Unidas (ONU) também já se manifestou contrariamente ao uso de algemas em parturientes.

Por isso, sem alterar o mérito do projeto, Ângela Portela apresentou substitutivo para adequar a redação do texto a normas internacionais que tratam do assunto.

Por O Globo

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093) 35281839 E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

---

## [Michel Temer pede aprovação de reajuste para Judiciário.](#)

Foto 0 presidente interino Michel Temer – Divulgação–Estimativa é que o impacto seja de cerca de R\$ 8 bilhões nos próximos quatro anos

Em uma medida que gerou reação entre os tucanos, o governo do presidente interino Michel Temer resolveu pedir que sejam aprovados ainda nesta quarta-feira os projetos de aumento salarial para servidores de diversas categorias. Ontem, a Câmara aprovou pedido de urgência para a tramitação desses projetos, mas não havia previsão para a votação do mérito. A estimativa é que o impacto seja de cerca de R\$ 8 bilhões nos próximos quatro anos.

A decisão foi tomada para evitar confrontos com as categorias, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União. O primeiro órgão é parte responsável pela Operação Lava-Jato e o segundo analisa as contas do governo. O líder do PMDB na Câmara, Baleia Rossi (SP), esteve no Palácio do Planalto mais

cedo e afirmou que o pedido para votação ainda hoje veio do próprio Temer. Nesta segunda-feira, o presidente interino recebeu o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para tratar, entre outros temas, o aumento salarial para o Ministério Público.

– O presidente fez um apelo para que, depois da votação de ontem, das urgências para aumento dos servidores da União, do TCU, do Ministério Público, do Judiciário, dos militares, enfim, todas aquelas urgências que votamos, ele pede que possamos votar hoje o mérito dessas votações – disse Baleia.

Avisados da mudança, os tucanos reagiram. Um grupo de deputados do PSDB irá se reunir ainda hoje com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para “pedir explicações”. Eles dizem que não é possível dar aumento em um momento em que é preciso sinalizar ajuste de contas. Os deputados dizem ainda que, com isto, não devem apoiar qualquer medida de aumento de impostos.

Na noite de ontem, Temer recebeu para um jantar um grupo de senadores do PSDB. Na conversa, o presidente interino disse estar sendo alvo de forte pressão das categorias. Segundo relatos, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, e Janot ligaram diversas vezes para o peemedebista para pedir que atendesse a demanda de aumento.

O deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP) reclamou do momento para se proporcionar aumento salarial, apenas poucos dias após o governo conseguir aprovar no Congresso a mudança da meta fiscal, com a previsão de um rombo de mais de R\$ 170 bilhões.

– É uma confusão, esse governo está passando por sérias dificuldades e dá um sinal desses em um momento de necessidade de muita austeridade – afirmou Duarte.

Auxiliares de Temer afirmam que não houve reviravolta na forma de o governo lidar com esses aumentos e que eles já estariam previstos nas mudanças aprovadas no Orçamento. O senador

Romero Jucá, enquanto esteve no Ministério do Planejamento, teria negociado a inclusão dos aumentos salariais no projeto aprovado.

– Quando o Jucá fez essa negociação, isso foi incluído na previsão de déficit no orçamento. Se não cumprir os acordos enviados, pode abrir margem para uma nova negociação que pode ser maior do que estava acordado. Tumulto e confusão com essas categorias é tudo o que o governo não precisa encarar agora – afirmou um interlocutor de Temer.

Com a série de desgastes enfrentados pelo presidente interino desde que assumiu, pesou ontem em sua decisão o componente político de criar um fato positivo, mesmo que seja apenas para o funcionalismo.

– Esse aumento já está precificado no Orçamento, então, optamos por dar logo e tirar esse assunto da frente. Quanto mais demora, mais chance o governo estará dando para os servidores se mobilizarem por novo reajuste – disse um interlocutor palaciano.

Segundo o líder do governo na Casa, André Moura (PSC-SE), Temer sinalizou na manhã de hoje a intenção de votar os projetos – que até ontem não tinham previsão de serem apreciados.

– Desde hoje de manhã o governo está analisando o impacto e construindo diálogo para votar. O presidente Temer quer votar, mas lógico que tem um plenário com programação. A ordem do presidente Michel é acelerar isso, já que o impacto analisado pela Fazenda e pelo Planejamento está dentro do previsto, afinal o próprio Congresso já tinha aprovado o Orçamento de 2016 prevendo o reajuste –disse o líder do governo na Câmara.

André Moura se reuniu nesta quarta-feira com os líderes da base aliada na Câmara e expôs o pedido de Temer, que não foi bem recebido por todos.

– O presidente me deu duas orientações: tratamento igualitário às categorias, votar o mérito de todos os reajustes, e acelerar ao máximo essa votação. Mas a Câmara tem uma agenda, o compromisso do governo com os líderes é votar a DRU, e sabemos que a oposição vai obstruir. Caso não dê tempo de votar hoje, queremos deixar pronta para votação na semana que vem – contou Moura.

Em votação nesta terça, os deputados aprovaram o requerimento de urgência de 12 projetos de aumento salarial dos servidores, entre eles dos servidores do Congresso e da Advocacia Geral da União. Já tinham sido aprovadas as urgências de projetos como o que aumenta de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil o salário dos ministros do STF, e o aumento salarial dos servidores do Judiciário e do Ministério Público.

Por O Globo

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093) 35281839 E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

---

## **Polícia prende 11 pessoas em operação no Baixo Amazonas.**

Onze pessoas foram presas pela Polícia Civil em Curuá, região do Baixo Amazonas, durante a operação 'Restitui'. A ação cumpriu mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão decretados pela justiça de Alenquer para combater o tráfico de drogas na região.

Os presos foram identificados como Ariel de Jesus Miranda, José Ailton Rodrigues Santos, Darlison Maciel da Silva, Alex Pinheiro Castro, Daniel Peixoto Souza, Elielton Ribeiro Paz,

Eder Cerdeira Pinho, Francisco Pinheiro de Castro, João Marcos Corrêa Pereira, Daniel Garcia de Lima e Lucas Souza Bentes.

Os presos responderão por tráfico de drogas e associação criminosa. Os acusados foram encaminhados para a delegacia de Alenquer e posteriormente serão levados para o presídio de Santarém.

Por: Redação ORM News

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093) 35281839 E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br